



## DA SUSPEIÇÃO E INCOMPETÊNCIA NO ORDENAMENTO JURÍDICO

### Autor(res)

Thiago Luiz Sartori  
Rodrigo Lopes Mauro  
Jessica Calixto Da Silva  
Paulo Henrique Lopes Soares  
Erica Cristina Raimundo Da Conceição

### Categoria do Trabalho

1

### Instituição

CENTRO UNIVERSITÁRIO ANHANGUERA DE SÃO PAULO

### Introdução

É de notório saber, que o nosso ordenamento jurídico dita os casos onde os magistrados devem declarar sua incompetência ou suspeição. Não obstante, nesse estudo buscamos demonstrar que através da obstrução da norma podemos defender sua razão de ser, e ao fazê-lo, impedir assim a sua utilização para acometer o ordenamento jurídico.

### Objetivo

Esse estudo tem por objetivo esclarecer ao público a materialidade jurídica sobre a suspensão/incompetência no ordenamento jurídico, utilizando-se de referências atuais e explicando os processos utilizados.

### Material e Métodos

Trata-se de uma pesquisa documental, que tem como forma a análise de casos e legislações referentes a suspeição e incompetência no ordenamento jurídico, utilizando a análise de um caso recente presente no STF.

### Resultados e Discussão

Aqui não pretendemos fazer um juízo penal, embora os princípios do Art. 252, IV, CPP sejam observados e complementares.

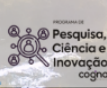
A questão central é se o ministro Alexandre de Moraes teria a necessidade de ter declarado seu impedimento. O impedimento ocorreu durante um inquérito, e não de forma preliminar. A incompetência, absoluta ou relativa, deve ser alegada preliminarmente, mas a absoluta pode ser alegada a qualquer momento e declarada de ofício, conforme o art. 64, §1º, CPC.

O art. 144, IV, CPC, determina que o impedimento ocorre quando o juiz tem interesse no julgamento em favor de qualquer das partes. Embora não fosse parte inicialmente, Moraes tornou-se parte devido às ameaças proferidas a ele e sua família. Portanto, declarou sua suspeição, seguindo as normas. Todavia, podia o ministro não se afastar do mérito caso observado que tal ação serviria como subterfúgio para atacar a dignidade da justiça conforme

# IV Congresso Nacional de Pesquisa Jurídica

Sustentabilidade, Desenvolvimento e Democracia

16 a 20 de Setembro 2024



observado no art. 139, III, CPC.

## Conclusão

Com isso concluímos que não há irregularidade na atuação do Ministro, mas entende-se que não se deve permitir que os instrumentos do ordenamento jurídico sejam utilizados para facilitar atos ilícitos. Assim fosse, caso todos os membros do STF fossem ameaçados, todos deveriam se declarar suspeitos e dessa forma seriam afastados, o que comprometeria a norma. Todavia parece supérfluo, é crucial exaurir essas ideias para provar sua eficácia.

## Referências

Referencias: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm)

Acessado 26/08/2024

<https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=6934932>

acessado 26/08/2024

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del2848compilado.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm)

Acessado 26/08/2024

<https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/PET12604.pdf>

Acessado em 26/08/2024